



Estratégia
Concursos

2º SIMULADO

TJ SC

TÉCNICO JUDICIÁRIO AUXILIAR



Simulado Especial

2º Simulado TJ-SC

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TJ-SC;
- 2 – A prova contém **60 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora FCC, com questões de múltipla escolha A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO no canal do Estratégia Concursos no YouTube.** Eles resolverão todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros, pois o vídeo ficará disponível apenas na área do aluno.
- 8 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados durante a transmissão da correção da prova.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <http://bit.ly/Simulado-TJ-SC-Técnico-08-03-20>

01 – (A) (B) (C) (D) (E)
02 – (A) (B) (C) (D) (E)
03 – (A) (B) (C) (D) (E)
04 – (A) (B) (C) (D) (E)
05 – (A) (B) (C) (D) (E)
06 – (A) (B) (C) (D) (E)
07 – (A) (B) (C) (D) (E)
08 – (A) (B) (C) (D) (E)
09 – (A) (B) (C) (D) (E)
10 – (A) (B) (C) (D) (E)
11 – (A) (B) (C) (D) (E)
12 – (A) (B) (C) (D) (E)
13 – (A) (B) (C) (D) (E)
14 – (A) (B) (C) (D) (E)
15 – (A) (B) (C) (D) (E)
16 – (A) (B) (C) (D) (E)
17 – (A) (B) (C) (D) (E)
18 – (A) (B) (C) (D) (E)
19 – (A) (B) (C) (D) (E)
20 – (A) (B) (C) (D) (E)

21 – (A) (B) (C) (D) (E)
22 – (A) (B) (C) (D) (E)
23 – (A) (B) (C) (D) (E)
24 – (A) (B) (C) (D) (E)
25 – (A) (B) (C) (D) (E)
26 – (A) (B) (C) (D) (E)
27 – (A) (B) (C) (D) (E)
28 – (A) (B) (C) (D) (E)
29 – (A) (B) (C) (D) (E)
30 – (A) (B) (C) (D) (E)
31 – (A) (B) (C) (D) (E)
32 – (A) (B) (C) (D) (E)
33 – (A) (B) (C) (D) (E)
34 – (A) (B) (C) (D) (E)
35 – (A) (B) (C) (D) (E)
36 – (A) (B) (C) (D) (E)
37 – (A) (B) (C) (D) (E)
38 – (A) (B) (C) (D) (E)
39 – (A) (B) (C) (D) (E)
40 – (A) (B) (C) (D) (E)

41 – (A) (B) (C) (D) (E)
42 – (A) (B) (C) (D) (E)
43 – (A) (B) (C) (D) (E)
44 – (A) (B) (C) (D) (E)
45 – (A) (B) (C) (D) (E)
46 – (A) (B) (C) (D) (E)
47 – (A) (B) (C) (D) (E)
48 – (A) (B) (C) (D) (E)
49 – (A) (B) (C) (D) (E)
50 – (A) (B) (C) (D) (E)
51 – (A) (B) (C) (D) (E)
52 – (A) (B) (C) (D) (E)
53 – (A) (B) (C) (D) (E)
54 – (A) (B) (C) (D) (E)
55 – (A) (B) (C) (D) (E)
56 – (A) (B) (C) (D) (E)
57 – (A) (B) (C) (D) (E)
58 – (A) (B) (C) (D) (E)
59 – (A) (B) (C) (D) (E)
60 – (A) (B) (C) (D) (E)

PORTUGUÊS**Jordan Peterson: A liberdade de expressão é perigosa; a alternativa é pior**

Até setembro de 2016, o canadense Jordan Peterson era um pacato professor de psicologia clínica na Universidade de Toronto, que mantinha um canal no YouTube popular entre os alunos e tinha escrito um livro pouco conhecido sobre a relação entre psicologia, política e religião. A aprovação da Lei C-16, no Canadá, que tornou crime a discriminação contra transexuais, travestis e “pessoas não binárias” (as que não se identificam nem como homem, nem como mulher), acabou com a calma e fez de Peterson uma espécie de popstar. Enfurecido com o fato de poder ser processado se deixasse de usar os chamados pronomes neutros – “ze” em vez de “he” ou “she”, equivalente ao “elx”, popularizado na internet, para ele ou ela em português —, Peterson pôs a boca no trombone contra o que via como excessos da lei. Um debate sobre o tema na TV inglesa com sua participação foi visto mais de 13 milhões de vezes no YouTube. Alçado a porta-voz do politicamente incorreto, viu seu segundo livro, *12 Regras Para a Vida: Um Antídoto Para o Caos* (Editora Alta Books) em oito meses virar bestseller, com mais de 2 milhões de cópias vendidas no mundo (e quase 75.000 exemplares no Brasil). De Oslo, escala da turnê de divulgação do livro, Peterson falou a VEJA por telefone.

O senhor ganhou projeção internacional ao se opor à lei que regulamenta o uso de pronomes neutros para transgêneros. Qual é o problema com a lei? “A maioria dos que a apoiam afirmam que, na construção da identidade humana, o sexo biológico, a expressão do gênero e as preferências sexuais de uma pessoa podem variar de modo completamente independente, pois são meras construções sociais. Isso não é verdade. Estes fatores não apenas não variam de forma independente, como estão intimamente relacionados. É claro que, em algum grau, são construções sociais, mas menos do que os ativistas alardeiam. Não gostei de ver aprovada uma lei baseada em uma premissa tecnicamente falsa só para cumprir uma agenda ideológica, sem reflexão a respeito e sem consideração pelas consequências – a começar pela restrição da liberdade de expressão.”

A lei não é uma forma de garantir os direitos dos transgêneros? “Garantir estes direitos não tem nada a ver com a forma como são chamados. Esta é uma escolha voluntária. Eu não tenho nada contra usar com meus alunos o pronome que eles preferirem. Mas o governo decidir como a pessoa vai se expressar só para agradar uma parcela da sociedade é errado. Não se pode colocar limites na forma de expressão. Recebo muitas cartas de pessoas transexuais que apoiam meu trabalho, se incomodam com o papel de símbolo de uma campanha da esquerda ultraradical pela dissolução das identidades clássicas e querem mesmo é tocar sua vida privada da melhor forma possível.”

Não seria saudável e até justo proteger a população LGBT de discursos nocivos? “De jeito nenhum. É precisamente o oposto. A conduta correta para lidar com a vulnerabilidade é identificar a razão, criar uma hierarquia de medos e aprender a confrontá-los e dominá-los. Proteger é

uma abordagem errada. A história da psicologia clínica nos últimos 150 anos comprova que a exposição voluntária da pessoa ao que a ameaça ou incomoda é o caminho certo para ganhar coragem e superar problemas. A ideia de que proteger as pessoas é agasalhá-las em seus microespaços, para que nunca ouçam uma opinião que as ofenda ou contradiga, só faz com que elas se tornem mais fracas e amargas.

01. Considere as afirmativas abaixo.

- I. Depreende-se do texto que o autor se posiciona contra os direitos de minorias como os transgêneros.
- II. O entrevistado refuta a lei C-16 primordialmente com base na invalidade do fundamento desta, não no seu objetivo.
- III. Segundo o autor, a lei C-16 atenta contra a liberdade de expressão e possui como única razão atender a uma agenda ideológica.

Está correto o que consta de

- a) I e III, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) I, II e III.
- e) I, apenas.

02. De acordo com as ideias de Jordan Peterson:

- a) o sexo biológico, a expressão do gênero e as preferências sexuais de uma pessoa podem variar de modo completamente independente, pois são meras construções sociais.
- b) o sexo biológico, a expressão do gênero e as preferências sexuais variam de forma dependente, são intimamente relacionados e não são construções sociais.
- c) o sexo biológico, a expressão do gênero e as preferências sexuais variam de forma dependente, são intimamente relacionados e são construções sociais em dimensão menos ampla do que se alerta.
- d) o sexo biológico, a expressão do gênero e as preferências sexuais variam de forma dependente, são intimamente relacionados e são construções sociais em dimensão mais ampla do que se alardeia.
- e) o sexo biológico, a expressão do gênero e as preferências sexuais variam de forma independente, são intimamente relacionados, mas são construções sociais em dimensão maior do que se alardeia.

03. No último parágrafo do texto, o entrevistado enfatiza

- a) o ressentimento e a fragilidade que o excesso de proteção pode causar.
- b) o direito justo e legítimo à proteção que as minorias possuem.
- c) a pressão das camadas intelectuais conservadoras que vão ao encontro da lei.
- d) a história da psicologia clínica e sua contribuição ao direito da população LGBT.
- e) os discursos nocivos que seriam evitados por meio do uso dos pronomes neutros.

04. Atente para as seguintes frases:

I. ...o canadense Jordan Peterson era um pacato professor de psicologia clínica na Universidade de Toronto, que mantinha um canal no YouTube. (1º parágrafo)

II. Até setembro de 2016, o canadense Jordan Peterson era um pacato professor... (1º parágrafo)

III. Estes fatores não apenas não variam de forma independente, como estão intimamente relacionados... (1º parágrafo)

A supressão da vírgula altera o sentido do que está em

- a) I, II e III.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, apenas.

05. A locução “**tinha escrito**” (1º parágrafo) indica no texto

- a) uma ação passada posterior a outra também passada
- b) um evento contrafactual passado ocorrido anteriormente a outra ação passada já concluída.
- c) uma ação perfeitamente acabada em um passado impreciso.
- d) a anterioridade de uma ação em relação ao passado que serve de marco temporal dos eventos ora narrados.
- e) uma ação vista como duradoura em um passado já mencionado.

06. Considerando-se o contexto global, no trecho “Peterson pôs a boca no trombone” (1º parágrafo), constata-se a presença de:

- a) incoerência e linguagem figurada.
- b) retificação e informalidade.

- c) generalização e ironia.
- d) hipótese e literalidade.
- e) informalidade e linguagem figurada.

07. Atente para a seguinte construção em discurso direto:

O senhor ganhou projeção internacional ao se opor à lei que regulamenta o uso de pronomes neutros para transgêneros. Qual é o problema com a lei?

Transpondo-a para o discurso indireto na fala do entrevistador, ter-se-ia como forma adequada:

- a) O entrevistador disse que Jordan ganhara projeção internacional ao se opor à lei que regulamenta o uso de pronomes neutros para transgêneros. Então perguntou qual seria o problema com a lei?
- b) O entrevistador disse que Jordan ganhara projeção internacional ao se opor à lei que regulamenta o uso de pronomes neutros para transgêneros. Então perguntou qual seria o problema com a lei.
- c) O entrevistador disse que o autor ganharia projeção internacional ao se opor à lei que regulamenta o uso de pronomes neutros para transgêneros. Então perguntou qual seria o problema com a lei?
- d) O entrevistador disse: o senhor ganhou projeção internacional ao se opor à lei que regulamentava o uso de pronomes neutros para transgêneros. Qual era o problema com a lei?
- e) O entrevistador disse: o senhor ganhou projeção internacional ao se opor à lei que regulamentava o uso de pronomes neutros para transgêneros. Qual é seu problema?

08. Considere o trecho: “só faz com que elas **se tornem** mais fracas e amargas.” (último período do texto)

A mesma classificação quanto à transitividade do verbo sublinhado acima pode ser verificada na forma destacada em:

- a) ...que mantinha um canal no youtube... (1º parágrafo)
- b) ...que tornou crime a discriminação contra transexuais (1º parágrafo)
- c) ...contra o que via como excessos da lei (1º parágrafo)
- d) Não gostei de ver aprovada uma lei... (2º parágrafo)
- e) ...em oito meses virar bestseller... (1º parágrafo)

09. Considere a construção sintática do fragmento:

...acabou com a calmaria e fez de Peterson uma espécie de popstar. (1º parágrafo)

O termo sublinhado exerce função sintática de:

- a) predicativo do objeto
- b) predicativo do sujeito
- c) objeto indireto
- d) sujeito
- e) adjunto adnominal

10. O livre comentário a respeito das ideias do texto está escrito clara corretamente em:

- a) As sociedades ocidentais, antes do advento do ideário politicamente correto também utilizava a lei como instrumento de proteção aos direitos difusos.
- b) Julgaram-se no passado que os transgêneros não poderiam escolher a forma de denominação com que se sentissem melhores tratados.
- c) É absolutamente premente e necessário que a sociedade contemporânea busque formas de demonstrar respeito às diferenças no que tange a preferências sexuais, malgrado se argumente que o mero uso de pronomes neutros não seja exatamente o cerne da questão.
- d) Antes do surgimento de vozes representativas na mídia de grande alcance, durante séculos, transmitiram-se culturalmente uma série de valores preconceituosos que agora mais do que nunca deseja-se refutar.
- e) A agenda ideológica permeia discussões de interesse público onde as maiores vítimas são as minorias incompreendidas oprimidas por elites intelectuais dominantes sem empatia.

11. Recebo muitas cartas de pessoas transexuais (3º parágrafo)

Transpondo-se para a voz passiva a frase acima, a forma verbal correspondente será

- a) eram recebidas
- b) recebe-se
- c) são recebidas
- d) receber-se-iam
- e) foi recebida

12. O segmento abaixo em que a forma verbal poderia ser flexionada no singular, sem que nenhuma adaptação fosse feita, é:

- a) para que nunca ouçam uma opinião (4º parágrafo)
- b) A maioria dos que a apoiam afirmam (2º parágrafo)

c) a expressão do gênero e as preferências sexuais de uma pessoa podem variar de modo completamente independente (2º parágrafo)

d) as que não se identificam nem como homem, nem como mulher (1º parágrafo)

e) só faz com que elas se tornem mais fracas e amargas. (4º parágrafo)

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

13. Considere verdadeiras as afirmações a seguir:

- i) Se não sigo a Trilha Estratégica, então fico perdido nos estudos.
- ii) Se fico perdido nos estudos, então não entendo Raciocínio Lógico.
- iii) Se não entendo Raciocínio Lógico, então não estudei com Brunno Lima.
- iv) Estudei com Brunno Lima e não fico perdido nos estudos.
- v) Não sigo a Trilha Estratégica ou sou assinante ilimitado do Estratégia.

A partir dessas informações, é correto concluir que:

- a) Se sigo a Trilha Estratégica, então fico perdido nos estudos.
- b) Sou assinante ilimitado do Estratégia se e somente se não sigo a Trilha Estratégica.
- c) Não estudei com Brunno Lima e entendo Raciocínio Lógico.
- d) Sou assinante ilimitado do Estratégia e sigo a Trilha Estratégica.
- e) Se sou assinante ilimitado do Estratégia, então não estudei com Brunno Lima.

14. Uma afirmação equivalente à afirmação “Não assisto o Estratégia News ou estou sempre informado” está contida na alternativa:

- a) Se não estou sempre informado, então não assisto o Estratégia News.
- b) Se não assisto o Estratégia News, então estou sempre informado.
- c) Se estou sempre informado, então não assisto o Estratégia News.
- d) Assisto o Estratégia News e não estou sempre informado.
- e) Se estou sempre informado, então assisto o Estratégia News.

15. Uma afirmação logicamente equivalente para “Ou Dudu come pudim ou Dudu fica nervoso” é:

- a) Dudu come pudim se, e somente se, fica nervoso.
- b) Dudu come pudim se, e somente se, não fica nervoso.
- c) Se Dudu não come pudim, então Dudu não fica nervoso.
- d) Se Dudu come pudim, então ele não fica nervoso.
- e) Se Dudu não está nervoso, então ele comeu pudim.

16. Uma pesquisa com 970 alunos do Estratégia mostrou que 527 falam Inglês, 251 falam Espanhol, 321 não falam Inglês nem Espanhol. O número de alunos entrevistados que falam Inglês e Espanhol é:

- a) 122
- b) 129
- c) 192
- d) 398
- e) 649

17. Um lojista adquiriu uma mercadoria por R\$ 350,00. Para determinar o preço de venda desse produto em sua loja, o lojista decidiu que o valor deveria ser suficiente para dar 30% de desconto sobre o preço de venda e ainda assim garantir lucro de 20% sobre o preço de compra. Nessas condições, o preço que o lojista deve vender essa mercadoria é igual a

- a) R\$ 620,00.
- b) R\$ 580,00.
- c) R\$ 600,00.
- d) R\$ 590,00.
- e) R\$ 610,00.

18. Uma pesquisa foi realizada entre os professores do Estratégia e concluiu-se que $\frac{2}{3}$ dos professores são homens e $\frac{3}{5}$ falam inglês. Sabendo que $\frac{1}{12}$ dos professores são mulheres que não falam inglês, pode-se concluir que os homens que falam inglês representam, em relação ao total de professores, uma fração equivalente a

- a) $\frac{3}{10}$
- b) $\frac{7}{20}$
- c) $\frac{2}{5}$
- d) $\frac{9}{20}$
- e) $\frac{1}{2}$

DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

19. A Lei nº 13.146/2015 institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência - e apresenta uma série de conceitos relevantes. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- a) As barreiras urbanísticas são aquelas existentes nos edifícios públicos e privados.
- b) As barreiras arquitetônicas são as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo.
- c) O desenho universal refere-se à concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva.
- d) O atendente pessoal é a pessoa, membro ou não da família, que, remunerada, assiste ou presta cuidados básicos e essenciais à pessoa com deficiência no exercício de suas atividades diárias, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas.
- e) O acompanhante é aquele que acompanha a pessoa com deficiência, mas não desempenha as funções de atendente pessoal.

20. A deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa. Assinale a alternativa que não apresenta garantias conferidas à pessoa com deficiência de acordo com o Estatuto:

- a) casar-se e constituir união estável.
- b) exercer direitos sexuais e reprodutivos.
- c) exercer o direito de decidir sobre o número de filhos e ter acesso a informações adequadas sobre reprodução e planejamento familiar.
- d) conversar sua fertilidade, sendo permitida, em alguns casos, a esterilização compulsória.
- e) exercer o direito à família e à convivência familiar e comunitária.

DIREITO ADMINISTRATIVO

21. Acerca dos princípios da Administração Pública, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) o princípio da legalidade postula que a Administração deve agir secundum legem.
- b) o princípio da finalidade, enquanto consectário da impessoalidade constitucional, proíbe favoritismos ou perseguições por parte do gestor público.
- c) a Carta Magna erigiu a publicidade como postulado fundamental expresso em seu artigo 37, passando a constituir requisito de validade dos atos praticados pelo poder público.
- d) o princípio da motivação dispõe que os atos administrativos contenham a indicação dos fatos e dos seus fundamentos jurídicos, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de pareceres anteriores.
- e) em decorrência da autotutela, a Administração Pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos.

22. No que se refere à autoexecutoriedade, assinale a alternativa correta:

- a) trata-se do elemento do ato administrativo que permite sua imediata execução por parte do poder público.
- b) visando o interesse público, a autoexecutoriedade encontra-se sempre presente na atuação estatal.
- c) é característica que impede a apreciação judicial dos atos administrativos.
- d) requer expressa previsão legal ou é justificada diante de necessidade urgente.
- e) permite a imposição do objeto do ato administrativo a terceiros de forma unilateral.

23. A certidão de tempo de serviço emitida em favor de um servidor público pode ser classificada como ato administrativo:

- a) constitutivo.
- b) discricionário.
- c) ordinatório.
- d) modificativo.
- e) declaratório.

24. Trata-se de entidade criada por iniciativa do ente federativo para atuação direta no domínio econômico, sob personalidade de direito privado, cujo capital social é integralmente detido pela União, Estado, Distrito Federal ou Município, admitindo-se a participação de outros entes públicos, hipótese em

que a maioria do capital votante permanecerá sob a propriedade do próprio ente criador:

- a) organização social.
- b) consórcio público.
- c) sociedade de economia mista.
- d) empresa pública.
- e) subsidiária de empresa pública.

25. Trata-se de circunstância que impede a convalidação do ato administrativo:

- a) o vício recair sobre o objeto de ato plúrimo.
- b) decorrer de iniciativa do particular interessado.
- c) o vício recair sobre a competência para sua prática.
- d) o vício repousar sobre a forma pela qual o ato exteriorizou-se.
- e) o vício recair sobre o motivo do ato.

26. Acerca da responsabilidade civil do Estado sob a teoria objetiva, assinale a alternativa correta:

- a) exige a comprovação, por parte do particular lesado, da culpa do agente ou do serviço pelo prejuízo.
- b) abrange todos os entes da Administração Pública, seja Direta ou Indireta.
- c) alcança as situações em que o responsável se encontra de férias, agindo fora da condição de agente público.
- d) compreende os atos praticados por usurpador de função.
- e) decorre de condutas estatais regulares que ensejarem danos a particulares.

27. Quanto à participação de consórcios nas licitações públicas, nos termos previstos na Lei 8.666/1993, é correto afirmar que:

- a) o licitante vencedor é obrigado a constituir e registrar o consórcio após a celebração do contrato.
- b) os entes consorciados responderão subsidiariamente pelos atos praticados em consórcio durante a execução do contrato.
- c) é viável a participação de uma empresa em mais de um consórcio na mesma licitação.
- d) havendo consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança poderá ser atribuída à empresa brasileira ou à estrangeira, indistintamente, dada a impossibilidade de se estabelecer tratamento diferenciado entre brasileiros e estrangeiros.
- e) deverá haver a indicação de uma empresa líder do consórcio, que atenderá às condições de liderança fixadas no edital.

28. Acerca do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Santa Catarina, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O servidor gozará anualmente trinta dias de férias, sendo proibido levar à conta de férias qualquer falta ao trabalho.
- b) A remoção consiste no deslocamento do funcionário de um para outro órgão do serviço público estadual, independente de mudança da sede funcional, processando-se a pedido, por permuta ou no interesse do serviço público, a critério da autoridade competente.
- c) Redistribuição é o deslocamento motivado de cargo de provimento efetivo, ocupado ou vago, no âmbito do quadro de pessoal, para outro órgão ou entidade do mesmo Poder, com prévia apreciação do órgão central de pessoal.
- d) Recondição é a volta do funcionário ao cargo por ele anteriormente ocupado, em consequência de reintegração decretada em favor de outrem ou, sendo estável, quando inabilitado no estágio probatório em outro cargo efetivo para o qual tenha sido nomeado.
- e) A readaptação decorre da ocorrência de modificação do estado físico ou das condições de saúde do funcionário que aconselhe o seu aproveitamento em atribuições diferentes, compatíveis com a sua condição funcional, a qual poderá acarretar aumento, mas não decesso de remuneração.

DIREITO CONSTITUCIONAL

29. Em um determinado presídio, alguns presos solicitaram, à autoridade carcerária, que fosse trazido um sacerdote com a missão de realizar cultos e liturgias, a fim de auxiliar indivíduos fragilizados psicologicamente. Um outro grupo, indignado e possuidor de crenças pessoais distintas sem qualquer ligação com religião alguma, manifestou-se contrariamente à consumação do ritual. Conforme o que determina a atual Constituição, é correto dizer que:

- a) Ofende a Constituição, que estatui ser um dos fundamentos da República o pluralismo religioso, o oferecimento de assistência dessa natureza em estabelecimentos de internação coletiva, situação em que nem todas as crenças poderiam ser representadas.

b) A assistência religiosa, prestada no interior do estabelecimento prisional, em nada fere a laicidade do Estado ou a liberdade de crença, o que torna a oposição apresentada pelos demais presos absolutamente incabível.

c) Não se justifica a indignação demonstrada pelo grupo contrário à realização da cerimônia religiosa, vez que a liberdade de crença e a assistência ao seu exercício dizem respeito a religiões, apenas, e não a qualquer espécie de crença pessoal.

d) O grupo de presos jamais poderia se opor à manifestação religiosa no local, já que a liberdade religiosa é cláusula pétrea da Constituição, não podendo sequer ser objeto de regulamentação por meio de lei.

e) A prestação religiosa em estabelecimentos de internação coletiva é garantida, uma vez que visa contribuir para a disciplina e saúde psicológica dos encarcerados. Sendo assim, os presos não poderão alegar escusa de consciência para deixar de participar dos rituais.

30. Suponha que o Congresso Nacional, ao editar lei específica disciplinando o direito de greve dos servidores públicos, tenha excluído de sua abrangência os servidores do Poder Judiciário. O sindicato da categoria decide, então, impetrar mandado de injunção coletivo, perante o STF, a fim de exigir a efetiva regulamentação desse direito. Nessas condições, é possível afirmar que:

a) Não cabe Mandado de Injunção na situação apresentada, já que se trata de direito social de eficácia limitada, porém de regulamentação facultativa.

b) Diante da omissão parcial do Congresso na edição da norma, cabe mandado de injunção perante o Superior Tribunal de Justiça.

c) É incabível a impetração de mandado de injunção contra lei já editada, ainda que se alegue suposta insuficiência na regulamentação do direito em questão.

d) O sindicato apenas terá legitimidade para a impetração do mandado de injunção caso esteja em funcionamento há pelo menos um ano.

e) Cabe mandado de injunção contra a omissão detectada, nesse caso perante o Supremo, caracterizada pela regulamentação efetivada em desrespeito ao princípio da isonomia.

31. Em junho de 2019, tomaram posse nos respectivos cargos Quirino, Promotor de Justiça, e Firmino, Desembargador do Tribunal de Justiça, ambos com 35 anos de idade. Em relação às situações mencionadas, pode-se inferir corretamente que:

- a) Atendidos os demais requisitos constitucionais, ambos poderão concorrer a eventuais vagas para Ministro do Superior Tribunal de Justiça, pela regra do Quinto Constitucional.
- b) Atendidos os demais requisitos constitucionais, Firmino poderá ser escolhido para integrar o corpo de Ministros do Superior Tribunal de Justiça, mas Quirino, embora possa vir a se tornar chefe do Ministério Público estadual, ainda não poderá integrar o Superior Tribunal de Justiça.
- c) Atendidos os demais requisitos constitucionais, ambos poderão tornar-se Ministros do Supremo Tribunal Federal, sem a necessidade de uma nova aprovação pelo Senado, já que, como requisito para a posse nos atuais cargos, participaram do processo de sabatina em momento anterior.
- d) Ambos serão vitalícios somente após dois anos de efetivo exercício, momento a partir do qual poderão vir a concorrer a um terço das vagas do Superior Tribunal de Justiça, preenchidas conforme o procedimento previsto para o Quinto Constitucional.
- e) Ambos, a partir da posse, adquiriram instantaneamente a inamovibilidade, passando a gozar também da garantia da vitaliciedade, apenas podendo perder o cargo por sentença judicial ou mediante decisão da maioria absoluta dos membros dos respectivos órgãos.

32. Doriania, cidadã australiana que aqui reside há 16 anos, requisitou, em janeiro de 2020, a naturalização brasileira, a qual foi oficialmente concedida dias depois. Ocorre que foi solicitada, pelo país de origem, sua extradição para que fosse julgada pelo crime de homicídio, cometido em 2019 na Austrália. Pode-se dizer que Doriania:

- a) Poderá ter sua extradição concedida, sendo o Supremo Tribunal Federal o órgão competente para julgar o feito.
- b) Não poderá ser extraditada, uma vez que foi concedida a naturalização pela via extraordinária e a solicitação do Estado estrangeiro se deu em momento posterior.
- c) Deverá ser extraditada após decisão do Superior Tribunal de Justiça, ao qual cabe o julgamento do pedido.
- d) Poderá ser extraditada, mas a sentença proferida na Austrália deverá ser homologada pelo STJ e executada em território brasileiro.

e) Poderá ser extraditada, uma vez que a viagem feita para o país de origem interrompe o tempo de permanência ininterrupto de 15 anos em solo brasileiro, exigido para a obtenção da naturalização.

33. Clodomir candidatou-se às eleições para Senador da República e foi eleito. Após o ato de diplomação, ao sair da cerimônia no Congresso Nacional, avistou um antigo adversário que havia sido derrotado no pleito, dirigindo-lhe diversas ofensas de cunho racista. Clodomir acabou sendo preso em flagrante. Pode-se considerar que a Constituição da República:

- a) Impede que Clodomir seja preso, uma vez que, após a diplomação, os parlamentares federais adquirem, automaticamente, a imunidade formal.
- b) Autoriza que Clodomir seja preso, já que, em momento anterior à posse, não há que se falar em imunidade parlamentar para recém-eleitos.
- c) Determina que os autos sejam encaminhados ao Congresso Nacional e, após autorização da maioria absoluta de seus membros, Clodomir seja processado e julgado perante o STF.
- d) Permite que, nessa situação, o parlamentar seja preso. No entanto, os autos deverão ser encaminhados em até 24 horas ao Senado, para que a maioria absoluta de seus membros decida se mantém ou se rechaça a prisão.
- e) Estabelece que, no caso, não incide a imunidade formal, já que esta tem início a partir da posse no referido mandato eletivo e abrange apenas a prisão civil, e não a penal.

34. Suponha que determinado município tenha editado lei dispondo acerca das regras relativas à desapropriação de imóveis localizados em seu território. Dois meses depois, em virtude da realização de obras de infraestrutura locais, o prefeito decretou a efetiva desapropriação de diversos terrenos urbanos. De acordo com o que estabelece a Constituição Federal, no que diz respeito aos atos municipais mencionados:

- a) São inconstitucionais, já que o tratamento do tema compete exclusivamente à União Federal.
- b) A lei será inconstitucional, caso não tenham sido observadas as normas previstas nas leis federal e estadual, disciplinando as regras relacionadas à desapropriação.
- c) São plenamente válidos, uma vez que a desapropriação de imóveis é tema pertinente à realidade específica do município.

d) A lei será válida, embora o tema esteja sob a responsabilidade privativa da União, o que não impede que o município, no exercício de sua competência suplementar, complemente a norma federal, naquilo que couber.

e) Houve invasão de competência privativa da União para legislar sobre o tema, mas o município detém autonomia para promover a desapropriação, por conta própria.

35. Jair ocupa cargo exclusivamente em comissão no Poder Judiciário do Estado X. Omar foi contratado temporariamente para atender a necessidade de excepcional interesse público, enquanto Aníbal foi eleito para o cargo de deputado na Assembleia Legislativa, no mesmo Estado dos demais. A partir da análise das regras pertinentes à Administração Pública brasileira, disciplinadas na Constituição e à luz das novidades trazidas pela EC 103/19, assinale a opção verdadeira:

a) Jair, Omar e Aníbal sujeitam-se, obrigatoriamente, ao Regime Geral de Previdência Social e não precisarão se aposentar aos 75 anos de idade.

b) Apenas Jair estará sujeito ao regime Próprio de Previdência à aposentadoria compulsória, aos 75 anos de idade.

c) Jair e Omar estão sujeitos ao Regime Próprio de Previdência, na qualidade de servidores estatutários, devendo aposentar-se, obrigatoriamente, aos 75 anos de idade.

d) Aníbal, ainda que tenha se afastado de algum cargo efetivo no Estado, a fim exercer o mandato de deputado, estará sujeito ao regime Geral de Previdência.

e) Apenas Omar, na qualidade de servidor estatutário, sujeita-se ao Regime Próprio de Previdência Social, devendo aposentar-se aos 75 anos de idade.

36. O Presidente da República, visando expurgar excessos cometidos em administrações pretéritas, decidiu por bem extinguir diversos órgãos públicos ineficientes, além de inúmeros cargos vagos, contribuindo sobremaneira para amenizar a sobrecarga orçamentária da União. Tais medidas ficaram a cargo do Procurador-Geral da República, por meio de delegação feita pelo chefe do Poder Executivo Federal. Conforme disciplina constante do texto constitucional, é correto afirmar que:

a) A Constituição não proíbe a delegação das matérias em questão, mas não a autoriza em relação ao Procurador-Geral da República, e sim ao Advogado-Geral da União e ao Ministros de Estado, apenas.

b) Trata-se atos normativos primários, expedidos sob a forma de decreto autônomo, o que torna

evidentemente inconstitucional a delegação empreendida.

c) A extinção dos órgãos públicos somente poderia ter sido feita por meio de lei. No entanto, a delegação da atribuição correspondente à extinção dos cargos mencionados encontra respaldo na Carta Maior.

d) Não há irregularidade na extinção dos órgãos, uma vez que a medida não implicou em aumento de despesas.

e) Ainda que não tenha acarretado aumento de despesas, o Presidente apenas poderia ter promovido a extinção dos órgãos mediante ato próprio, podendo, no entanto, delegar a atribuição de extinguir os cargos vagos.

DIREITO CIVIL

37. Com relação às disposições do Código Civil acerca das pessoas naturais, assinale a alternativa correta:

a) A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde sempre, os direitos do nascituro.

b) São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil aqueles que, por causa permanente, não puderem exprimir sua vontade.

c) Serão registrados em registro público a sentença declaratória de ausência e de morte presumida.

d) A existência da pessoa natural termina com a morte; presume-se esta, quanto aos ausentes, nos casos em que a lei autoriza a abertura de sucessão provisória.

e) Pode ser declarada a morte presumida, com decretação de ausência se for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida.

38. De acordo com o Código Civil, são pessoas jurídicas de direito público:

a) as fundações.

b) as autarquias.

c) os partidos políticos.

d) as organizações religiosas.

e) as associações.

39. Segundo o Código Civil, é anulável o negócio jurídico:
- a) celebrado por pessoa absolutamente incapaz.
 - b) o motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito.
 - c) se contiver declaração, confissão, condição ou cláusula não verdadeira.
 - d) se aparentar conferir ou transmitir direitos a pessoas diversas daquelas às quais realmente se conferem, ou transmitem.
 - e) por vício resultante de coação.
40. Na obrigação, se um dos devedores solidários falecer, deixando dois filhos, o Código Civil determina que:
- a) os filhos estão obrigados ao cumprimento integral da obrigação, uma vez que tem o dever de adimplir todas as obrigações deixadas pelo pai.
 - b) os filhos não estão obrigados a cumprir toda a obrigação, visto que os demais devedores estão obrigados à integralidade do débito, por se tratar de dívida solidária.
 - c) nenhum dos filhos deve pagar valor que supere a quota do seu quinhão hereditário.
 - d) independente da obrigação ser divisível ou indivisível, os filhos devem pagar toda a obrigação.
 - e) a propositura de ação contra um dos filhos importa a renúncia da solidariedade quanto aos demais devedores.
41. De acordo com o Código Civil, com relação aos contratos de compra e venda, é correto afirmar:
- a) A fixação do preço pode ser deixada ao arbítrio de terceiro, que os contratantes logo designarem ou prometerem designar.
 - b) É ilícito às partes fixar o preço em função de índices ou parâmetros.
 - c) É anulável o contrato de compra e venda, quando se deixa ao arbítrio exclusivo de uma das partes a fixação do preço.
 - d) Salvo cláusula em contrário, ficarão as despesas de escritura e registro a cargo do vendedor, e a cargo do comprador as da tradição.
 - e) Até o momento da tradição, os riscos da coisa correm por conta do comprador, e os do preço por conta do vendedor.

42. Sobre a obrigação de indenizar, é correto afirmar:
- a) Ressalvados outros casos previstos em lei especial, os empresários individuais e as empresas respondem mediante aferição de culpa pelos danos causados pelos produtos postos em circulação.
 - b) Aquele que ressarcir o dano causado por outrem pode reaver o que houver pago daquele por quem pagou, ainda que o causador do dano seja descendente seu, relativamente incapaz.
 - c) A responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal.
 - d) O dono, ou detentor, do animal ressarcirá o dano por este causado, ainda se provar culpa da vítima.
 - e) O dono de edifício ou construção responde pelos danos que resultarem de sua ruína, salvo se esta provier de falta de reparos, cuja necessidade fosse manifesta.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

43. Uma das novidades apresentadas pelo Código de Processo Civil de 2015 foi a ordem cronológica de conclusão para proferimento de sentença ou acórdão. Sobre o tema, pode-se afirmar que:
- a) Os juízes e os tribunais atenderão, obrigatoriamente, à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão.
 - b) A lista de processos aptos a julgamento deverá estar permanentemente à disposição para consulta pública em cartório, sendo facultativa sua disponibilização na rede mundial de computadores.
 - c) As sentenças proferidas em audiência, homologatórias de acordo ou de improcedência liminar do pedido não seguem a regra de ordem cronológica de conclusão.
 - d) Após a inclusão do processo na lista de processos, qualquer requerimento formulado pela parte altera a ordem cronológica para a decisão.
 - e) O julgamento de processos em bloco para aplicação de tese jurídica firmada em julgamento de casos repetitivos deverá observar a ordem cronológica de conclusão.

44. A competência é a delimitação do exercício do legítimo poder jurisdicional. Sobre o tema, é correto afirmar:

- a) Determina-se a competência no momento do registro ou da distribuição da petição inicial, sendo irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, salvo quando suprimirem órgão judiciário ou alterarem a competência absoluta.
- b) Tramitando o processo perante outro juízo, os autos sempre serão remetidos ao juízo federal competente se nele intervier a União, suas empresas públicas, entidades autárquicas e fundações, ou conselho de fiscalização de atividade profissional, na qualidade de parte ou de terceiro interveniente.
- c) Na hipótese de remessa dos autos à Justiça Federal com intervenção da União na qualidade de assistente, o juízo federal não restituirá os autos ao juízo estadual ainda que o ente federal seja excluído do processo.
- d) A ação fundada em direito pessoal ou em direito real sobre bens móveis e imóveis será proposta, em regra, no foro de domicílio do réu.
- e) A execução fiscal será proposta na capital do Estado.

45. O litisconsórcio é a presença simultânea de duas ou mais pessoas no mesmo polo da relação jurídica processual, visando economia processual e harmonização dos julgados. Sobre o tema, assinale a alternativa incorreta:

- a) Duas ou mais pessoas podem litigar, no mesmo processo, em conjunto, ativa ou passivamente, quando entre elas houver comunhão de direitos ou de obrigações relativamente à lide.
- b) O litisconsórcio poderá ocorrer quando entre as causas houver conexão pelo pedido ou pela causa de pedir.
- c) Havendo afinidade de questões por ponto comum de fato ou de direito, é possível que duas ou mais pessoas litiguem no mesmo processo.
- d) O juiz poderá limitar o litisconsórcio facultativo quanto ao número de litigantes na fase de conhecimento, na liquidação de sentença ou na execução, quando este comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa ou o cumprimento da sentença.
- e) O requerimento de limitação suspende o prazo para manifestação ou resposta, que que retoma seu curso a contar da intimação da decisão que o solucionar.

46. O Ministério Público exerce importante papel na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses e direitos sociais e individuais

indisponíveis. Acerca da sua atuação no processo civil, indique a afirmação correta:

- a) O Ministério Público será intimado para, no prazo de 15 dias, intervir como fiscal da ordem jurídica nas hipóteses previstas em lei ou na Constituição Federal e nos processos que envolvam interesse estatal, interesse de incapaz e litígios coletivos pela posse de terras indígenas.
- b) A participação da Fazenda Pública não configura, por si só, hipótese de intervenção do Ministério Público.
- c) Nos casos de intervenção como fiscal da ordem jurídica, o Ministério Público terá vista dos autos depois das partes, sendo intimados de todos os atos do processo, mas não poderá produzir provas nem recorrer.
- d) O Ministério Público gozará de prazo em dobro para manifestar-se nos autos, que terá início a partir de sua intimação pessoal, ainda que a lei estabeleça, de forma expressa, prazo próprio para o Parquet.
- e) O membro do Ministério Público será civil e regressivamente responsável quando agir com dolo ou culpa no exercício de suas funções.

47. A contestação é a peça de defesa do réu, por meio da qual ele se contrapõe ao pedido inicial. Considerando o disposto no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- a) Incumbe ao réu alegar, na contestação, toda a matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito com que impugna o pedido do autor. A especificação das provas será feita por petição apresentada antes da realização da audiência de instrução e julgamento.
- b) Se o réu não alegar a existência de convenção de arbitragem, o juiz a reconhecerá de ofício e extinguirá o processo sem resolução do mérito.
- c) Alegando o réu, na contestação, ser parte ilegítima ou não ser o responsável pelo prejuízo invocado, o juiz facultará ao autor, em 15 dias, a alteração da petição inicial para substituição do réu.
- d) No caso de substituição do réu alegada em preliminar de contestação, o autor reembolsará as despesas e pagará os honorários ao procurador do réu excluído, que serão fixados em até vinte por cento do valor da causa.
- e) Ainda que apresente alegação de incompetência relativa ou absoluta, a contestação deverá ser protocolada no foro da propositura da ação.

48. O cumprimento definitivo de sentença tem início com o requerimento do exequente, sendo o executado intimado para pagar o débito. Sobre o requerimento, é incorreto afirmar que este apresentará:

- a) O nome completo, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do exequente e do executado.
- b) O índice de correção monetária adotado, os juros aplicados e as respectivas taxas.
- c) O termo inicial e o termo final dos juros e da correção monetária utilizados.
- d) A especificação dos eventuais descontos obrigatórios realizados.
- e) A indicação dos bens passíveis de penhora, indispensavelmente.

DIREITO PENAL

49. Analise as assertivas a seguir, relativas à lei penal no tempo e no espaço:

- I – Com relação ao tempo do crime, o Código Penal adotou a teoria da atividade, estabelecendo que se considera praticado o crime no momento da conduta, ainda que outro seja o momento do resultado.
- II – Em se tratando de lei penal no espaço, o código penal adota a territorialidade, sem exceções.
- III – Aplica-se a lei penal brasileira ao crime de genocídio cometido no estrangeiro, quando o agente for brasileiro ou domiciliado no Brasil.

Está correto APENAS o que se afirma em:

- a) I
- b) II
- c) I e III
- d) III
- e) I e II

50. José, querendo matar Maria, coloca uma bomba em um avião comercial no qual Maria viajaria de São Paulo a Florianópolis. José sabe que, usando este meio, matará não só Maria, mas também todos os demais passageiros e tripulantes, mas age mesmo assim. Quando o avião decola, a bomba explode, matando todos a bordo.

Nesse caso, excetuando-se o elemento subjetivo relativo a Maria, é correto afirmar que houve, em relação aos demais passageiros e tripulantes:

- a) dolo direto de primeiro grau
- b) dolo direto de segundo grau
- c) dolo eventual
- d) culpa consciente
- e) dolo alternativo

51. Maria caminhava pela rua quando foi surpreendida por José, que a segurou por trás e a fez dormir com um pano embebido em clorofórmio. Pedro, comparsa de José, aproveitou para pegar a bolsa da vítima, e ambos fugiram. Minutos depois, ambos foram presos em flagrante por policiais militares que haviam sido alertados por populares, tendo sido recuperada a bolsa de Maria, com todos os seus pertences.

Atento ao caso narrado, é correto afirmar que houve crime de:

- a) furto qualificado pelo concurso de agentes, tentado.
- b) furto qualificado pelo concurso de agentes, consumado.
- c) roubo majorado pelo concurso de agentes, tentado.
- d) roubo majorado pelo concurso de agentes, consumado.
- e) roubo impróprio consumado.

52. José, ao final da festa anual da empresa, acaba por levar consigo o presente de “amigo oculto” de sua colega de trabalho Maria, acreditando ser o presente que recebera. Maria, ao tomar conhecimento do ocorrido, por meio das câmeras de segurança, registra ocorrência contra José pela prática do crime de furto.

Nesse caso, é correto afirmar que houve:

- a) Erro de tipo
- b) Erro sobre o objeto
- c) Erro de proibição direto
- d) Erro na execução
- e) Erro de proibição indireto

53. Com relação aos crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral, analise as assertivas a seguir:

I – José, funcionário público, exigiu, em razão da função pública, vantagem indevida. Nesse caso, José praticou o crime de corrupção passiva.

II – Marcelo, estagiário do TJSC, durante o período de recesso, solicitou vantagem indevida para retardar o andamento de um determinado processo. Nesse caso, deverá responder pelo crime de corrupção passiva.

III – Raquel, empregada pública celetista, se apropriou de um bem particular do qual tinha a posse em razão da função. Nesse caso, houve crime de peculato.

Considerando as assertivas anteriores, é correto o que se afirma APENAS em:

- a) I
- b) I e II
- c) II
- d) II e III
- e) I e III

54. José, técnico judiciário do TJSC, solicita R\$ 3.000,00 a determinado advogado para acelerar o andamento de determinado processo. O advogado aceita a proposta, e se compromete a voltar na semana seguinte para entregar o dinheiro. Todavia, o advogado não comparece na data acordada, de forma que José não recebe o dinheiro, tampouco acelera o andamento do processo.

Nesse caso, pode-se afirmar que:

- a) José praticou o crime de corrupção passiva, consumada
- b) José praticou o crime de corrupção passiva, tentada
- c) José praticou o crime de corrupção ativa, consumada
- d) José praticou o crime de corrupção ativa, tentada
- e) José não praticou crime, ante a desistência voluntária

DIREITO PROCESSUAL PENAL

55. Visando preservar a necessária imparcialidade do Juiz, a Lei estabelece situações nas quais o Juiz não deve atuar, pois há presunção de sua parcialidade.

Atento a isso, assinale a alternativa que NÃO traz uma situação de impedimento do Juiz:

- a) Ter, o pai do Juiz, atuado como delegado de polícia na fase pré-processual.

b) Ter o Juiz atuado no mesmo caso, anteriormente, como Juiz de outra instância, pronunciando-se de fato ou de direito sobre a questão.

c) Ser a mãe do Juiz parte no processo.

d) Ter o próprio Juiz atuado como defensor, anteriormente, no mesmo caso.

e) Ser o juiz amigo íntimo do réu

56. Aldo é réu em processo criminal pelo crime de furto qualificado pela destreza. O Juízo determina a citação pessoal de Aldo, mas o Oficial de Justiça certifica nos autos que o réu está se ocultando para não ser citado.

Nesse caso, Aldo deverá ser citado:

- a) Por carta rogatória
- b) Por edital ou por hora certa, a critério do Juiz.
- c) Por hora certa
- d) Por carta com aviso de recebimento
- e) por edital

57. Fernando foi citado pessoalmente em determinado processo criminal pela prática do crime de estupro de vulnerável. Expirado o prazo legal, Fernando não se defendeu nem constituiu advogado.

Nesse caso, o Juiz deverá:

- a) Suspender apenas o processo
- b) Suspender apenas o curso do prazo prescricional
- c) Suspender o processo e o curso do prazo prescricional
- d) Nomear defensor para o acusado e dar seguimento ao processo
- e) Dar seguimento ao processo, sem nomear defensor para o acusado

58. Analise as assertivas:

I – Decisão de rejeição da denúncia ou queixa, no rito ordinário

II – Decisão de impronúncia, no rito do Júri

III – Decisão de revogação da prisão preventiva

IV – Decisão que indefere o pedido de reconhecimento da extinção da punibilidade

É cabível recurso em sentido estrito para impugnar as decisões mencionadas em:

- a) I e IV
- b) I, II e III
- c) I, III e IV
- d) II, III e IV
- e) II e III

59. Assinale a alternativa que NÃO representa uma hipótese de perempção:

- a) quando, iniciada a ação penal, o querelante deixar de promover o andamento do processo durante 20 dias seguidos.
- b) quando, falecendo o querelante, ou sobrevindo sua incapacidade, não comparecer em juízo, para prosseguir no processo, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, qualquer dos legitimados.
- c) quando o querelante deixar de comparecer, injustificadamente, a qualquer ato do processo a que deva estar presente.
- d) quando o querelante deixar de formular o pedido de condenação nas alegações finais.
- e) quando, sendo o querelante pessoa jurídica, esta se extinguir sem deixar sucessor.

60. No que tange à fiança, é correto afirmar que a autoridade policial:

- a) somente poderá conceder fiança nos casos de infração cuja pena privativa de liberdade máxima seja igual ou inferior a 4 (quatro) anos
- b) somente poderá conceder fiança nos casos de infração cuja pena privativa de liberdade máxima não seja superior a 02 (dois) anos
- c) somente poderá conceder fiança nos casos de infração cuja pena privativa de liberdade máxima não seja superior a 8 (oito) anos
- d) somente poderá conceder fiança nos casos de infração de menor potencial ofensivo
- e) não poderá conceder fiança

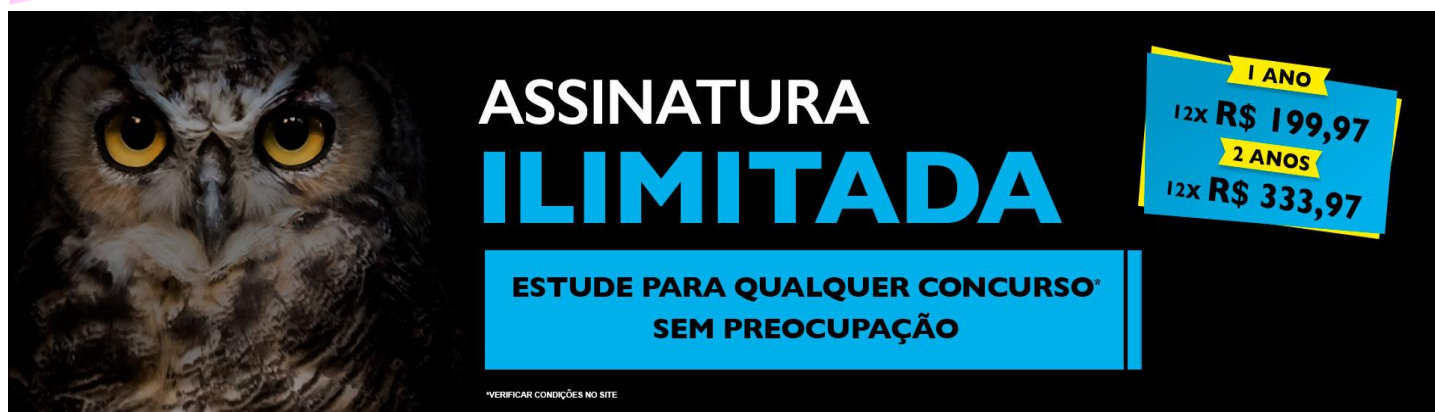
Preencha o Gabarito!

<http://bit.ly/Simulado-TJ-SC-Técnico-08-03-20>

Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!

Concursos



**ASSINATURA
ILIMITADA**

**ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO*
SEM PREOCUPAÇÃO**

1 ANO
12X R\$ 199,97

2 ANOS
12X R\$ 333,97

*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE